


O perfil acadêmico dos coordenadores dos cursos de Odontologia brasileiros: uma interface com a Bioética

Renata Maria Colodette¹

 [0000-0002-2976-881X](https://orcid.org/0000-0002-2976-881X)

Andréia Patrícia Gomes¹

 [0000-0002-5046-6883](https://orcid.org/0000-0002-5046-6883)

Tiago Ricardo Moreira²

 [0000-0002-6606-4942](https://orcid.org/0000-0002-6606-4942)

Rodrigo Siqueira-Batista¹

 [0000-0002-3661-1570](https://orcid.org/0000-0002-3661-1570)

¹Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil.

²Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

Correspondência:

Renata Maria Colodette

E-mail: renatacolodette@yahoo.com.br

Recebido: 07 mar 2023

Aprovado: 11 jul 2023

Última revisão: 21 ago 2023

Resumo As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Odontologia orientam para uma formação humanista, crítica, reflexiva, e pautada em princípios éticos/bioéticos. Considerando que os coordenadores dos cursos de graduação são fundamentais no processo de formação, foi realizada uma pesquisa nacional, objetivando analisar o perfil acadêmico desses atores. Trata-se de pesquisa transversal, documental, exploratória e analítica. A coleta de dados ocorreu entre junho e julho de 2020, a partir da consulta aos currículos na Plataforma Lattes. Realizaram-se análises descritivas e univariada. Foram analisados os currículos dos coordenadores dos 446 cursos de Odontologia em atividade no Brasil. Destes, 53,0% eram do sexo masculino; 94,2% formados em Odontologia; 81,2% possuíam pelo menos uma especialização, 89,5% mestrado e 52,0% doutorado; 0,4% possuíam especialização em bioética e 0,7% em odontologia legal; 0,7% possuíam mestrado em odontologia legal; 11,7% já haviam lecionado disciplinas nas áreas de ética (deontológica e bioética); 3,8% participavam de projetos de pesquisa e 2,0% de projetos de extensão relacionados à ética; e 6,1% tinham publicações relacionadas à deontologia, ética e/ou bioética. Conclui-se que a maioria dos coordenadores possui cursos de especialização e mestrado, e pouco mais da metade possui doutorado. No entanto, poucos têm alguma formação nas áreas de ética e/ou bioética, ou apresentam projetos de extensão e pesquisa nesses campos do conhecimento.

Descritores: Descrição de Cargo. Organização e Administração. Bioética. Odontologia.

El perfil académico de los coordinadores de cursos de Odontología brasileños: una interfaz con la Bioética

Resumen Las Directrices Curriculares Nacionales para los Cursos de Pregrado en Odontología prevén una formación humanística, crítica, y reflexiva basada en principios éticos/bioéticos. Considerando que los coordinadores de los cursos de pregrado son fundamentales en el proceso de formación, se realizó una investigación nacional para analizar el perfil académico de esos profesionales. Se trata de una investigación transversal, documental, exploratoria, y analítica. La colecta de datos se realizó entre junio y julio de 2020, a partir de la consulta de planes de estudio en la Plataforma Lattes. Se realizaron análisis descriptivos y univariados. Fueron analizados los currículos de los coordinadores de los 446 cursos de Odontología activos en Brasil. De los mismos, 53,0% eran hombres; 94,2% eran graduados en Odontología; 81,2% tenían por lo menos una especialización, 89,5% maestría y 52,0% doctorado; 0,4% tenían especialización en Bioética, y 0,7% en Odontología Legal; 11,7% ya había impartido asignaturas en las áreas de ética (deontológica y bioética); 3,8% participaba en proyectos de investigación, y 2,0% en proyectos de extensión relacionados con la ética; 6,1% tenía publicaciones relacionadas con la deontología, la ética y/o la bioética. Se concluye que la mayoría de los coordinadores tienen títulos de especialización y maestría, y poco más de la mitad tienen un doctorado. No obstante, pocos tienen formación en las áreas de ética y/o bioética, o presentan proyectos de extensión e investigación en estos campos del conocimiento.

Descriptor: Perfil Laboral. Organización y Administración. Bioética. Odontología.

The academic profile of Brazilian Dentistry course coordinators: an interface with Bioethics

Abstract The National Curriculum Guidelines for the Undergraduate Course in Dentistry guide towards for humanistic, critical, and reflective education, with activities based on ethical/bioethical principles. Considering that undergraduate course coordinators are

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.en>



essential in conducting the education process, a nationwide study was carried out with the objective of evaluating the academic profile of these actors. This is a cross-sectional, documentary, exploratory, and analytical study. The data collection was carried out between June and July 2020, from the consultation of curricula on the Lattes Platform. Descriptive and univariate analyses were performed. The curricula of the coordinators from 446 Dentistry courses in activity in Brazil were analyzed. Of these, 53.0% were male; 94.2% graduated in Dentistry; 81.2% had at least one specialization, 89.5% had a master's degree, and 52.0% had a doctorate; 0.4% had a specialization in bioethics and 0.7% in legal dentistry; 11.7% had already lectured subjects in ethics (deontology and bioethics); 3.8% had participated in research projects, and 2.0% in extension projects related to ethics; while 6.1% had publications related to deontology, ethics, and/or bioethics. It is concluded that most coordinators have specialization and master's degrees, and just over half have a doctorate. However, few have some training in the areas of ethics and/or bioethics, or have extension and research projects in these fields of knowledge.

Descriptors: Job Description. Organization and Administration. Bioethics. Dentistry.

INTRODUÇÃO

A educação tem por finalidade, de uma perspectiva ampla – em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996 –, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Quando se trata da educação superior, a mesma LDB traz, ainda, como objetivo, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e a formação de profissionais, das diferentes áreas, aptos a reconhecer os problemas da sociedade e a contribuir para o seu desenvolvimento¹.

Essas orientações também estão contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Odontologia, publicadas no ano de 2002², e reiteradas nas DCN para o mesmo curso, publicadas em 2021³, as quais orientam a formação de um profissional com perfil humanista e reflexivo, apto a tomar decisões, e que pautar seu pensamento crítico em valores éticos.

Tanto no que se refere à formação de profissionais humanistas – preocupados e engajados na transformação da realidade social –, quanto no auxílio à tomada de decisão, o conhecimento – e o ensino – da bioética tem se mostrado cada dia mais valioso. A bioética auxilia na formação de profissionais que respeitam os direitos humanos⁴ e que reconhecem o valor de todos os seres, proporcionando uma reflexão sobre os efeitos das ações de cada um sobre as diferentes formas de vida⁵, e colabora com os profissionais na constante necessidade de tomada de decisões éticas⁶, uma vez que oferece subsídios e embasamento teórico para se refletir sobre tais questões⁷.

Se (1) já há o reconhecimento da importância do ensino da ética e da bioética, e se (2) as DCN de 2002 já expressaram a necessidade de mudanças na formação profissional – e de um posicionamento das universidades no que refere ao seu papel social e aos conceitos de saúde e de educação⁸ –, a quem caberia a responsabilidade por essa reestruturação?

Diferentes autores têm atribuído aos coordenadores dos cursos de graduação um papel de destaque nessa reorganização curricular, uma vez que a elaboração e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) está aos cuidados desses profissionais⁹⁻¹¹. Desse modo, reconhece-se o papel fundamental dos coordenadores quanto à inclusão da ética e da bioética na matriz curricular, assim como quanto ao desenvolvimento de ações que priorizem a reflexão crítica e o desenvolvimento da competência moral dos estudantes durante a graduação.

Portanto, considerando a importância desses profissionais na formação dos egressos, realizou-se o presente estudo, a partir da pesquisa na plataforma Lattes, buscando conhecer o perfil acadêmico desses profissionais, e destacando sua formação em ética e/ou bioética. A apresentação dos resultados desta investigação é o objetivo do presente artigo.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e analítica, de corte transversal. O estudo foi realizado em nível nacional,

incluindo todos os cursos de graduação em Odontologia – públicos e privados – distribuídos no território brasileiro.

Um levantamento realizado no Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC – <http://emec.mec.gov.br/emec/nova>) indicou a existência de 446 cursos de graduação em Odontologia em funcionamento no Brasil. Foram coletados, deste site, dados de contato da instituição de ensino (e-mail, sítio eletrônico, telefone, endereço), data do início do curso, índices de qualidade, periodicidade, tempo de integralização, carga horária mínima, categoria administrativa e nome do coordenador do curso de cada instituição.

Após a identificação dos nomes dos coordenadores dos cursos, procedeu-se uma consulta aos currículos destes, disponíveis na Plataforma Lattes, no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), buscando identificar, a partir dos dados contidos nessa plataforma, o perfil acadêmico e profissional desses profissionais. A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e julho de 2020.

Os coordenadores que representavam mais de uma instituição, ou representavam mais de um curso de Odontologia dentro de uma mesma instituição, tiveram seus currículos registrados em todos os cursos que representavam. Foram, então, coletados dados de formação (curso de graduação, especialização, mestrado e doutorado); anos de docência e de coordenação de curso; disciplinas lecionadas na área de ética – de um modo geral, incluindo disciplinas normativas – e bioética; participação em projetos de pesquisa e/ou extensão nas áreas de ética e/ou bioética; número de artigos publicados; número de artigos publicados na temática ética e/ou bioética; e participação em Comitês de Ética em Pesquisa (CEP).

Para análise dos dados, inicialmente, foram realizadas estatísticas descritivas, estimativa das frequências, médias, medianas, desvios-padrão e intervalos interquartílicos, com o intuito de caracterizar a população estudada quanto às variáveis em estudo. Em seguida, foi conduzida a análise inferencial (analítica) para identificar os fatores associados às características éticas e bioéticas dos currículos (disciplinas lecionadas na área de ética e/ou bioética; participação em projetos de pesquisa e/ou extensão nesta área; artigos publicados nas temáticas ética e bioética; e participação em CEP). Para verificar as associações entre as variáveis categóricas foram utilizados os testes Qui-quadrado de Pearson ou Exato de Fisher. Nas variáveis contínuas testou-se a normalidade da distribuição, utilizando-se o teste Kolmogorov Smirnov. A partir desta análise, o teste não paramétrico (Mann-Whitney) foi utilizado. Para todos os testes, fixou-se o nível de significância de 95,0%. Todas as análises foram realizadas no programa *SPSS Statistics 23.0* (IBM, Armonk, NY, EUA).

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com os princípios éticos, seguindo as diretrizes e normas regulamentares das resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde do Brasil, e realizada a partir de fontes de dados secundários, não sendo necessária a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os dados analisados são de acesso público, disponíveis na internet, e de acordo com a legislação brasileira (Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil), estudos conduzidos exclusivamente com dados publicamente disponíveis não precisam ser avaliados por um conselho de revisão institucional. Os dados do presente estudo foram analisados de forma agregada, sem qualquer individualização que possa identificar o profissional ou a instituição de ensino que representa.

RESULTADOS

A maioria dos cursos de Odontologia pesquisados pertenciam a instituições privadas (87,0%), com periodicidade semestral (93,7%) e integralização em cinco anos (75,7%). Cerca de 46,2% possuíam nota 4 no conceito geral, e 9,0% possuíam conceito 5. A média de vagas autorizadas para entrada anual de alunos nos cursos era de aproximadamente 126 vagas por curso, e o tempo médio de funcionamento dos cursos era de 16,6 anos, sendo a mediana de 6,2 anos. A carga horária média era de 4.501 horas (variando entre 3.780 e 12.300 horas) (Tabela 1).

A pesquisa revelou que no período da coleta de dados, 54,9% dos currículos dos coordenadores de curso apresentavam a data referente a última atualização superior a seis meses. Cerca de 53,0% desses atores eram do sexo masculino, a expressiva maioria (94,2%) graduados em Odontologia, e o tempo médio de formação era de $21,8 \pm 9,9$ anos (Tabela 2). Ademais, cerca de 81,2% dos coordenadores possuíam pelo menos uma especialização, sendo que 63,0% se especializaram em áreas específicas da Odontologia, 0,7% em odontologia legal e 0,4% em bioética. Aproximadamente 89,0% dos participantes já

havam concluído o mestrado, sendo 67,3% em Odontologia ou em áreas odontológicas específicas (como endodontia, periodontia, odontopediatria, estomatologia, entre outras), e menos de 1,0% em odontologia legal e deontologia. Quanto ao curso de doutorado, 52,0% dos coordenadores o haviam concluído, sendo 39,0% em áreas específicas da Odontologia (Tabela 2).

O tempo médio de atuação como docente foi de 13,4 anos e de exercício da função de coordenador de curso foi de aproximadamente 5 anos. Vale ressaltar que nem todos os currículos possuíam registro atualizado ou deixavam clara essa informação. No currículo de 11,7% dos coordenadores havia registro de atividade docente atual – ou pretérita – em disciplinas relacionadas à deontologia e/ou ética e/ou bioética. Em 13,5% havia registro de participação – pregressa ou atual – em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Tabela 2).

Em 3,8% dos currículos mencionava-se a participação em projetos de pesquisa relacionados à ética e/ou à bioética, e em 2,0% havia alusão à participação em projetos de extensão nesta mesma área. Em 6,1% dos currículos registraram-se publicações de artigos relacionados à ética e/ou à bioética, e em 1,8% havia menção a publicação de livros ou capítulos de livros nesta área. O número médio de registros de artigos publicados foi de 12,7 artigos, e essa média cai para 0,21 artigo quando se tratava de publicações especificamente na temática ética e/ou bioética (Tabela 2).

Comparando-se as informações referentes à ética/bioética presentes nos currículos dos coordenadores, e as características dos cursos de graduação, foi possível observar que a frequência de coordenadores que têm projetos de pesquisa, projetos de extensão e publicações relacionadas à ética/bioética era maior em cursos gratuitos ($p < 0,05$). O registro de participação em CEP foi mais frequente em coordenadores de cursos gratuitos e com periodicidade anual. Os coordenadores de cursos com conceitos 4 e 5 apresentaram mais registros de participação em projetos de extensão em ética e bioética (Tabela 3).

Maior tempo de formação foi associado a maior registro de participação em CEP ($p < 0,05$). Cursos mais antigos apresentaram uma maior quantidade de coordenadores com projetos de pesquisa e extensão em ética/bioética, artigos publicados nesta temática, e participações em CEP. Maior tempo de docência também foi associado à mais registros de projetos de extensão em ética/bioética, outras publicações nesta temática, e participação em CEP (Tabela 3).

Tabela 1. Caracterização dos cursos de graduação em Odontologia nas instituições de ensino superior brasileiras.

Variáveis	n	%
<i>Conceito de Curso</i>		
2	1	0,2%
3	147	33,0%
4	206	46,2%
5	40	9,0%
Sem informação	52	11,7%
<i>Gratuito</i>		
Não	388	87,0%
Sim	58	13,0%
<i>Periodicidade</i>		
Anual	26	5,8%
Semestral	418	93,7%
Sem Informação	2	0,4%
<i>Tempo de integralização em anos</i>		
4,00	83	18,6%
4,50	21	4,7%
5,00	337	75,7%
5,50	1	0,2%
6,00	2	0,4%
Sem informação	2	0,4%
	Média	Desvio-padrão
<i>Vagas Autorizadas</i>	126,34	71,80
<i>Carga horária mínima</i>	4501	906
<i>Tempo de funcionamento</i>	16,64	23,24

Tabela 2. Perfil dos coordenadores de curso de Odontologia das instituições de ensino superior brasileiras.

Variáveis	n	%
<i>Sexo</i>		
Masculino	237	53,1%
Feminino	209	46,9%
<i>Graduação</i>		
Odontologia	420	94,2%
Área da saúde	11	2,5%
Outras áreas	15	3,4%
<i>Especialização</i>		
Não	84	18,8%
Sim	361	81,2%
<i>Número de especializações</i>		
0	84	18,8%
1	201	45,1%
2	111	24,9%
3	35	7,8%
4 ou mais	15	3,3%
<i>Área da especialização</i>		
Odontologia	281	63,0%
Saúde pública/Saúde coletiva	63	14,1%
Odontologia legal	3	0,7%
Bioética	2	0,4%
Educação	51	11,4%
Gestão/Administração	17	3,8%
Outros	56	12,6%
<i>Mestrado</i>		
Não	47	10,5%
Sim	399	89,5%
<i>Área do Mestrado</i>		
Odontologia	300	67,3%
Saúde pública/Saúde coletiva	31	7,0%
Odontologia legal	3	0,7%
Educação	7	1,6%
Outros	63	14,1%
<i>Doutorado</i>		
Não	214	48,0%
Sim	232	52,0%
<i>Área do Doutorado</i>		
Odontologia	174	39,0%
Saúde pública/Saúde coletiva	12	2,7%
Educação	1	0,2%
Outros	45	10,1%
<i>Docente em Ética/Bioética</i>		
Não	394	88,3%
Sim	52	11,7%
<i>Projetos de Pesquisa em Ética/Bioética</i>		
Não	429	96,2%
Sim	17	3,8%

Continua

		Continuação
<i>Projetos de extensão em Ética/Bioética</i>		
Não	437	98,0%
Sim	9	2,0%
<i>Artigos na área de Ética/Bioética</i>		
Não	419	93,9%
Sim	27	6,1%
<i>Outras publicações na área de Ética/Bioética</i>		
Não	438	98,2%
Sim	8	1,8%
<i>Participação em Comitê de Ética em Pesquisa</i>		
Não	386	86,5%
Sim	60	13,5%
	Média	Desvio-padrão
<i>Tempo como coordenador (em anos)</i>	4,89	5,05
<i>Tempo de docência (em anos)</i>	13,35	13,87
<i>Número de artigos publicados</i>	12,77	22,40
<i>Número de artigos em bioética</i>	0,21	2,04
<i>Tempo da última atualização do currículo (em dias)</i>	421,05	751,29

DISCUSSÃO

A desatualização dos currículos lattes – mais da metade não haviam sido atualizados nos últimos seis meses – pode ser considerado um limitador da pesquisa, na medida que compromete informações referentes ao grau de titulação, ao número de publicações científicas, e às áreas de interesse para pesquisa e extensão.

De acordo com os currículos analisados, 53,3% dos coordenadores eram do sexo masculino. Os resultados apontaram também que 94,2% dos coordenadores eram graduados em Odontologia, o que está de acordo com os quesitos elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que pontua melhor cursos coordenados por profissionais formados na mesma área do curso que coordenam¹².

A maioria dos coordenadores (81,2%) possuía pelo menos uma especialização, ressaltando-se que 63,0% eram em áreas específicas da Odontologia. Esse dado corrobora com a pesquisa realizada com os coordenadores dos cursos de uma instituição do interior de Minas Gerais, a qual apontou que os coordenadores geralmente se especializam na mesma área da graduação¹¹.

No momento da coleta de dados, 89,5% dos participantes já haviam concluído o curso de mestrado, e 52,0% o curso de doutorado, resultados superiores aos encontrados na pesquisa realizada por Ferrari e Nascimento (2014)¹¹, que constataram que 38,0% dos coordenadores possuíam mestrado, e 25,0% doutorado. De acordo com a literatura, a titulação de mestre ou doutor pode ser considerada um requisito importante para os coordenadores dos cursos, na medida que estes irão trabalhar com docentes que provavelmente tem essa titulação¹³.

O tempo médio exercendo a função de coordenador foi de aproximadamente cinco anos, sendo que 71,2% estavam no cargo há cinco anos ou menos. Importante destacar que a grande quantidade de tarefas a serem realizadas pelos coordenadores acarretam uma sobrecarga de trabalho^{14,15}, pois estes profissionais normalmente acumulam funções administrativas, de docência, e referentes às práticas sociais e, por isso, conseguir conciliar muitas atividades também vem sendo descrita como uma importante condição para o sucesso do profissional e do curso¹¹. O tempo médio de exercício da função de docente foi de 13,4 anos, o que está de acordo com a pesquisa realizada por Secco e Pereira (2004)¹⁶ com os coordenadores dos cursos de Odontologia do Estado de São Paulo, a qual apontou que a maioria (92,31%) dos coordenadores dos cursos atuavam como docentes há mais de 12 anos.

Tabela 3. Associação entre o perfil ético/bioético com as características dos cursos e com o perfil de formação dos coordenadores de curso.

Variáveis	Docente de ética			Projeto de pesquisa			Projeto de extensão			Artigos			Outras publicações			Comitê de ética		
	Não	Sim	p	Não	Sim	p	Não	Sim	p	Não	Sim	p	Não	Sim	p	Não	Sim	p
<i>Gratuito</i>																		
Não	343 (88,4%)	45 (11,6%)	0,917*	377 (97,2%)	11 (2,8%)	0,015**	384 (99,0%)	4 (1,0%)	0,003**	370 (95,4%)	18 (4,6%)	0,004**	384 (99,0%)	4 (1,0%)	0,012**	341 (87,9%)	47 (12,1%)	0,032*
Sim	51 (87,9%)	7 (12,1%)		52 (89,7%)	6 (10,3%)		53 (91,4%)	5 (8,6%)		49 (84,5%)	9 (15,5%)		54 (93,1%)	4 (6,9%)		45 (77,6%)	13 (22,4%)	
<i>Periodicidade</i>																		
Anual	23 (88,5%)	3 (11,5%)	1,000**	25 (96,2%)	1 (3,8%)	1,000**	25 (96,2%)	1 (3,8%)	0,422**	23 (88,5%)	3 (11,5%)	0,204**	24 (92,3%)	2 (7,7%)	0,074**	18 (69,2%)	8 (30,8%)	0,015**
Semestral	369 (88,3%)	49 (11,7%)		402 (96,2%)	16 (3,8%)		410 (98,1%)	8 (1,9%)		394 (94,3%)	24 (5,7%)		412 (98,6%)	6 (1,4%)		366 (87,6%)	52 (12,4%)	
<i>Conceito do curso</i>																		
2 e 3	133 (89,9%)	15 (10,1%)	0,460**	143 (96,6%)	5 (3,4%)	0,884**	148 (100,0%)	0 (0,0%)	0,027**	141 (95,3%)	7 (4,7%)	0,681**	148 (100,0%)	0 (0,0%)	0,302**	133 (89,9%)	15 (10,1%)	0,135*
4 e 5	215 (87,4%)	31 (12,6%)		237 (96,3%)	9 (3,7%)		238 (96,7%)	8 (3,3%)		232 (94,3%)	14 (5,7%)		242 (98,4%)	4 (1,6%)		208 (84,6%)	38 (15,4%)	
<i>Gênero</i>																		
Masculino	210 (88,6%)	27 (11,4%)	0,852*	228 (96,2%)	9 (3,8%)	0,987*	233 (98,3%)	4 (1,7%)	0,740**	225 (94,9%)	12 (5,1%)	0,350*	232 (97,9%)	5 (2,1%)	0,728**	201 (84,8%)	36 (15,2%)	0,252*
Feminino	184 (88,0%)	25 (12,0%)		201 (96,2%)	8 (3,8%)		204 (97,6%)	5 (2,4%)		194 (92,8%)	15 (7,2%)		206 (98,6%)	3 (1,4%)		185 (88,5%)	24 (11,5%)	
<i>Tempo de graduação ***</i>																		
	21,5 (14,0-29,0)	19,0 (15,0-26,0)	0,234	21,0 (14,0-28,0)	19,0 (15,0-32,0)	0,704	21,0 (14,0-28,0)	21,0 (19,0-29,0)	0,278	21,0 (14,0-28,0)	19,0 (15,0-25,0)	0,580	21,0 (14,0-28,0)	28,0 (18,5-38,0)	0,081	20,0 (14,0-28,0)	25,0 (18,0-30,0)	0,014
<i>Tempo do curso (em anos) ***</i>																		
	6,5 (2,7-20,9)	4,9 (2,3-23,1)	0,704	6,4 (2,6-20,5)	21,4 (3,5-61,6)	0,043	6,4 (2,5-20,7)	32,0 (6,4-67,6)	0,010	6,4 (2,5-20,5)	9,4 (4,5-51,2)	0,023	6,4 (2,4-20,6)	18,3 (12,5-24,44)	0,062	5,3 (2,4-20,4)	16,4 (4,2-44,8)	0,001
<i>Tempo de coordenação (em anos) ***</i>																		
	3,0 (2,0-6,0)	2,0 (1,0-4,0)	0,096	3,0 (2,0-6,00)	4,0 (3,0-6,0)	0,124	3,0 (2,0-6,0)	4,0 (2,0-5,0)	0,500	3,0 (2,0-6,0)	2,5 (1,0-4,0)	0,114	3,0 (2,0-6,0)	4,0 (2,5-4,0)	0,886	3,0 (2,0-6,0)	3,0 (2,0-6,0)	0,901
<i>Tempo de docência (em anos) ***</i>																		
	11,0 (5,0-19,0)	11,5 (6,0-15,5)	0,764	11,0 (5,0-18,0)	13,0 (8,0-22,0)	0,116	11,0 (5,0-18,0)	14,0 (13,0-23,0)	0,026	11,0(5,0-18,0)	13,0(8,0-23,0)	0,116	11,0(5,0-18,0)	15,5(13,0-35,5)	0,015	10,0(5,0-17,0)	15,5(9,0-23,5)	<0,001

*Teste Qui-Quadrado de Pearson ** Teste Exato de Fisher *** Teste Mann Whitney

Os dados encontrados apontaram também que 3,8% dos currículos analisados mencionavam alguma formação na área de gestão, o que corrobora com pesquisas realizadas com gestores de unidades acadêmicas de uma Universidade Federal do Centro Oeste¹⁷, e sobre o Perfil de Gestores do Instituto Federal de Minas Gerais¹⁵, que também evidenciaram que a maioria dos gestores não tinham formação em gestão, seja especialização ou pós-graduação. Deve ser ressaltado que a capacitação em áreas de gestão, apesar de não ser um pré-requisito para ocupar o cargo, vem sendo apontada como importante para aprimorar a atuação na função, uma vez que o desenvolvimento de competências gerenciais está intrínseco ao cargo¹⁸. Acrescentar nas matrizes curriculares dos cursos de graduação disciplinas que abordem temas de cunho gerencial poderia ser uma alternativa interessante a ser pensada para familiarizar o profissional, desde a faculdade, com gerência, pois além dos cargos em coordenações de cursos de graduação, os cirurgiões-dentistas vêm ocupando cargos gerenciais também nos serviços públicos e privados de saúde.

A gestão de um curso superior, apesar de apresentar semelhança com a administração de outros tipos de empresas, possui peculiaridades e objetivos que as diferem das outras organizações¹⁹, pois os cursos de graduação podem ser considerados um produto oferecido, ao mesmo tempo que representam um serviço prestado¹³. É pertinente a reflexão de Delfino *et al.* (2008)⁹, sobre as peculiaridades que diferem as instituições de ensino das demais empresas, e a ponderação de que é difícil mensurar o resultado do produto de uma educação superior, pois sua responsabilidade está para além da capacitação técnico-científica, uma vez que, como estas instituições lidam com jovens ainda em formação, precisam estar atentas e refletir também sobre a formação cultural e social que oferecem aos seus discentes. Para Demo (2006)²⁰, o objetivo da formação é, principalmente, formar um cidadão que tenha consciência de sua importância e conduza suas ações de modo a trazer benefícios às pessoas e coletividades.

Tratando-se da importância dos cirurgiões-dentistas para a sociedade, Secco e Pereira (2004)¹⁶ ponderaram que, para ampliar a reconhecida qualidade técnica da Odontologia brasileira para toda a população, levando assim à universalização da saúde bucal, seriam necessárias mudanças na política de formação, com nova priorização dos campos dos saberes e também novas estratégias de ensino-aprendizagem, para orientar os modos de ser e de agir dos novos profissionais. Seria importante estimular a busca pela promoção de uma vida digna, através do reconhecimento e da proteção da dignidade humana, tanto individual quanto coletiva, seguindo os pressupostos da ética e da bioética²¹.

Para além da preocupação com o respeito à dignidade, a competência ética implica na capacidade de percepção de aspectos morais nas situações do cotidiano, na definição dos problemas éticos – e de todas as dimensões que estes podem assumir – e em sua análise crítica, embasada nos referenciais teóricos e nas consequências das possíveis decisões, e na tomada de decisão que tenha argumentação plausível e que seja justificável eticamente²². Cabe aqui uma distinção entre 'Moral' e 'Ética', termos que apesar de usualmente utilizados como sinônimo, apresentam diferenças quanto as suas definições: 'Moral' se refere à "formação do caráter na vida cotidiana", e 'Ética' se refere à "filosofia que reflète sobre a formação do caráter"²³.

Fazer escolhas é uma constante no cotidiano de qualquer profissional, e não seria diferente em cargos gerenciais. A gestão didático-pedagógica de um curso implica em constante tomada de decisões^{15,24}, e esta competência está entre as principais habilidades de um gestor¹⁸. De fato, pesquisa realizada por Marra e Melo (2005)¹⁴, sobre as práticas gerenciais cotidianas dos chefes de departamento e dos coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação de uma universidade federal apontou que, de acordo com 40,0% dos entrevistados, os gestores universitários comprometem grande parte do seu tempo na solução de problemas, e estes englobam tanto a área administrativa, quanto problemas pessoais de docentes, discentes e colaboradores.

Considerando que ocupar-se com os alunos e com os pares vem sendo citada como a função específica mais frequente para o cargo de coordenador^{11,15,17,25}, é importante que esses profissionais aprendam a lidar com a pluralidade de ideias e com as mais variadas questões, e que, em todas as suas decisões, estejam atentos – para além dos aspectos técnicos – aos aspectos éticos e bioéticos¹⁹. Esse é um dos motivos pelos quais o conhecimento da bioética se faz essencial em todas as funções.

Quanto à participação de coordenadores em CEP, não foi encontrado registro de participação no currículo de 86,5%

dos coordenadores. Apesar de ser um percentual grande, não está muito distante do encontrado em um estudo que analisou o perfil acadêmico dos professores de bioética de cursos de pós-graduação, que apontou que, na maioria dos currículos (78,1%) não havia registro de participação em CEP²⁶. Para o autor, a participação em tais comitês é importante na medida que possibilita aos profissionais um contato constante com conflitos éticos, o que lhes proporciona experiência profissional na discussão de tais conflitos²⁶.

Os coordenadores têm uma singular importância na formação dos egressos, e isso se deve, em parte, à legitimidade que este profissional tem na elaboração do PPC e na condução e acompanhamento do plano de ensino do curso¹⁶, principalmente após a publicação das DCN de 2002, que concederam autonomia para que cada instituição elaborasse o seu PPC, adequando a formação às rápidas mudanças do conhecimento²⁷. Exatamente por isso, todo PPC é passível de revisões e modificações¹³. No entanto, apesar da reconhecida importância dos coordenadores na formação dos alunos, essa responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente a esses profissionais, pois além de uma formação que englobe disciplinas de conceitos éticos, bioéticos e humanísticos, é essencial que tais elementos sejam também conhecidos e praticados por todos os responsáveis pela formação. Para que haja – de fato – uma adequação da formação superior às orientações das DCN de 2002, atualizadas em 2021³, não é suficiente apenas uma mudança pedagógica, devendo esta ser também social, para que os alunos adquiram e perpetuem bons hábitos²⁸⁻³⁰.

Nesse sentido, presume-se que um olhar mais ampliado e uma formação neste campo possa trazer debates internos no âmbito do curso que possibilitem não só uma discussão mais plural, democrática e crítica, mas também a valorização das competências moral e ética como essenciais à profissão do cirurgião-dentista, o que poderia estar correlacionado à formação do coordenador e seu incentivo para um PPC que concretize tais competências.

Com os dados coletados não é possível – e nem foi a intenção do presente estudo – fazer uma inferência associando a formação em ética e/ou bioética dos gestores à formação dos alunos conforme preconizada nas DCN. Todavia, cabe destacar que, independentemente da área de especialização e de atuação acadêmica desses profissionais, é preciso que eles mantenham um olhar ampliado para a necessária formação ética/bioética dos alunos, para que assim, além da reconhecida excelência técnica, os futuros profissionais sejam reconhecidos também, por sua competência ética.

A presente pesquisa apresenta limitações. Além da já citada desatualização de parte dos currículos analisados, ressalta-se que a natureza do estudo, um corte transversal, representa apenas a realidade do período estudado e não permite a realização de associações causais.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou uma análise nacional sobre o perfil acadêmico e profissional dos coordenadores dos cursos de Odontologia. Constatou-se que a maioria dos coordenadores possuem cursos de especialização e mestrado, e pouco mais da metade possui doutorado. Constatou-se também que poucos possuem alguma formação nas áreas de ética e/ou bioética, ou se interessam por projetos de extensão e pesquisa nestas áreas, o que pode ser comprovado pelo pequeno número de publicações nessa temática.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996 [citado em 20 de fevereiro de 2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>
2. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Odontologia. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, p. 10, 04 mar. 2002 [citado em 20 de fevereiro de 2022]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/03/2002&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=120>
3. Brasil, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e

- dá outras providências. Diário Oficial da União. dd. 115, seção 1, p. 76-78, 2021 [citado em 20 de fevereiro de 2022]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-21-de-junho-de-2021-327321299>
4. Musse JO, Boing AF, Martino FS, Silva RHA, Vaccarezza GF, Ramos DLP. O Ensino da bioética nos cursos de graduação em odontologia do estado de São Paulo. *Arq Cienc Saude* [Internet]. 2007 [citado em 20 de fevereiro de 2022];14(1):3-16. Disponível em: https://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-14-1/ID172.pdf
 5. Puplaksis NV, Silva MMP, Nobile R, Ramos DLP. A disciplina de bioética na Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. *Rev Latinoam Bioet* [Internet]. 2010 [citado em 22 de fevereiro de 2022];10(2):68-75. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlb/v10n2/v10n2a06.pdf>
 6. Rego S, Palácios M, Siqueira-Batista R. *Bioética para Profissionais de Saúde*. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2020.
 7. Junqueira CR, Silva PMT, Junqueira SR, Ramos DLP. O ensino de bioética: avaliação discente por meio de fóruns de discussão na Internet. *Acta Bioeth* [Internet]. 2012 [citado em 22 de fevereiro de 2022];18(1):93-100. doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2012000100008>
 8. Feuerwerker L, Almeida M. Diretrizes curriculares e projetos pedagógicos: é tempo de ação! *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2003 [citado em 22 de fevereiro de 2022];56(4). doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672003000400006>
 9. Delfino R, Candido MLB, Mota AC, Campos L, Dejuste MT. *Ensino Superior: O Novo Perfil do Coordenador de Curso*. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba. 2008 [citado em 22 de fevereiro de 2022];1-4. Disponível em: https://www.inicepg.un-vap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00823_01_O.pdf
 10. Walter SA, Schneider MA, Rocha DT, Domingues MJCS, Tontini G. Perfil intraempreendedor e ações dos gestores dos cursos de Ciências Contábeis da região oeste do Paraná. *REPeC* [Internet]. 2012 [citado em 22 de fevereiro de 2022];6(1):73-89. doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v6i1.242>
 11. Ferrari FC, Nascimento KA. Perfil dos Coordenadores de Cursos de uma Instituição de Ensino Superior Mineira. *Rev Elet Faculdade Metodista Granbery* [Internet]. 2014 [citado em 22 de fevereiro de 2022];16:1-11. Disponível em: <https://docplayer.com.br/61507699-Perfil-dos-coordenadores-de-cursos-de-uma-instituicao-de-ensino-superior-mineira.html>
 12. Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (Daes). *Sistema de Avaliação da Educação Superior Condições de Ensino 2002. Manual de Avaliação do Curso de Odontologia*. Brasília, 2002 [citado em 22 de fevereiro de 2022]. p.99. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/ACE-Odontologia08-07-02.pdf>
 13. ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. *Funções do Coordenador de Curso: Como Construir o Coordenador Ideal*. 2016 [citado em 22 de fevereiro de 2022];1-44. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/ABMESCaderno8.pdf>
 14. Marra AV, Melo MCOL. A prática social de gerentes universitários em uma instituição pública. *Rev Adm Contemp* [Internet]. 2005 [citado em 22 de fevereiro de 2022];9(3):9-31. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000300002>
 15. Silveira JL, Bremer CF, Oliveira NP. Competências e desafios de gestores de uma instituição federal de ensino superior. *Revista MultiAtual* [Internet]. 2020 [citado em 22 de fevereiro de 2022];1(4):186-20. Disponível em: <https://www.multiatual.com.br/2020/08/competencias-e-desafios-de-gestores-de.html>
 16. Secco LG, Pereira MLT. Formadores em odontologia: profissionalização docente e desafios político-estruturais. *Cienc Saude Colet* [Internet]. 2004 [citado em 22 de fevereiro de 2022];9(1):113-120. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000100011>
 17. Almeida A, Binotto E. Perfil dos gestores das Unidades Acadêmicas de uma Universidade Federal do Centro Oeste: desafios e oportunidades. Curitiba: PROFIAPI; 2016:1-8.
 18. Ferreira JMP, Paiva KCM. Competências gerenciais dos coordenadores de cursos de instituições privadas de ensino superior na cidade de Fortaleza, CE. *RACE* [Internet]. 2017 [citado em 22 de fevereiro de 2022];16(2):681-702. doi: <https://doi.org/10.18593/race.v16i2.13057>
 19. Santos L, Bronnemann MR. Desafios da gestão em instituições de ensino superior: um estudo de caso a partir da percepção de diretores de centro de uma IES pública do sul do Brasil. *Revista GUAL* [Internet]. 2013 [citado em 22 de fevereiro de 2022];6(1):01-21. doi: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n1p1>

20. Demo P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
21. Freire SM, Tunes UR. A importância dos princípios da bioética na formação do cirurgião dentista contemporâneo. *J Dent Pub H [Internet]*. 2017 [citado em 22 de fevereiro de 2022];8(1):3-5. doi: <https://doi.org/10.17267/2596-3368dentistry.v8i1.1321>
22. Dantas F, Sousa EG. Ensino da deontologia, ética médica e bioética nas escolas médicas Brasileiras: uma revisão sistemática. *Rev Bras Educ Med [Internet]*. 2008 [citado em 22 de fevereiro de 2022];32(4):507–517. doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000400014>
23. Cortina A. O fazer ético: guia para educação moral. São Paulo: Moderna; 2003.
24. Sabadia JAB. O papel da coordenação de curso – a experiência no ensino de graduação em Geologia na Universidade Federal do Ceara. *Rev Geol [Internet]*. 1998 [citado em 22 de fevereiro de 2022];11(1):23-29. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15141/1/1998_art_jabsabadia.pdf
25. Barbosa MAC, Mendonça JRC. O professor-gestor e as políticas institucionais para formação de professores de ensino superior para a gestão universitária. *E&G Economia Gestao [Internet]*. 2016 [citado em 22 de fevereiro de 2022];16(42):61-88. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2016v16n42p61>
26. Figueiredo AM. Perfil acadêmico dos professores de bioética nos cursos de pós-graduação no Brasil. *Rev Bras Educ Med [Internet]*. 2011 [citado em 22 de fevereiro de 2022];35(2):163–170. doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022011000200004>
27. Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. A aderência dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia às diretrizes curriculares nacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006; [citado em 22 de fevereiro de 2022]. Disponível em: https://abeno.org.br/abeno-files/downloads/download_20111215103241.pdf
28. Gomes AP, Rego S. Pierre Bourdieu and medical education. *Rev Bras Educ Med [Internet]*. 2013 [citado em 22 de fevereiro de 2022];37(2):260-265. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/V8FPNfwFNhb6XmPZn9XxwPF/>
29. Colodette RM, Moreira TR, Siqueira-Batista R, Gomes AP. Bioethics in Brazilian dentistry undergraduate courses. *Braz J Develop [Internet]*. 2022 [citado em 22 de fevereiro de 2022];8:54754-54768. doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n8-004>
30. Motta LCS, Oliveira LN, Silva E, Siqueira-Batista R. Decision-making in clinical (bio)ethics: contemporary approaches. *Rev Bioetica [Internet]*. 2016 [citado em 22 de fevereiro de 2022];24(2):304-314. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-80422016242131>

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Financiamento: Próprio.

Contribuição dos Autores: Concepção e planejamento do estudo: RMC, APG. Coleta, análise e interpretação dos dados: RMC, TRM. Elaboração ou revisão do manuscrito: RMC, APG, TRM, RSB. Aprovação da versão final: RMC, APG, TRM, RSB. Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo: RMC, APG, TRM, RSB.